

ISTO NÃO PODE CONTINUAR!

Em Cuiabá, fila para pegar ossos e ter o que comer



Em São Paulo, incêndio no arquivo da Cinemateca

FOME, DESEMPREGO, DESTRUIÇÃO DA CULTURA...

Só a luta do povo pode dar um fim nisso.

JUVENTUDE

JR do PT organiza
Plenária Nacional

pág.2

PARTIDO

O PT e a Constituição
de 1988

pág.4

LUTA DE CLASSE

Servidores preparam greve
contra a PEC 32

pág.6

INTERNACIONAL

África do Sul
em chamas

pág.11

Sumário

Juventude

- Após o Conune extraordinário* 4
Apagão no CNPq 7
Vem aí a Plenária Nacional da JR do PT! 8

Editorial

- Isso pode continuar até 2022?* 12



NOTAS 16



MEMÓRIA 18

Partido

- Volta às aulas semipresenciais na Bahia* 20
Memória: que inspire o presente 23

Diálogo e Ação Petista

- DAP abre debate sobre a Constituinte* 28
Vereador denuncia perseguição policial 32

Luta de classe

- Servidores preparam greve* 36
Greve no IPT (SP) contra o reajuste zero! 39
Todo apoio à Chapa 1 nas eleições do Sintrasm 40
Depois do 24 de julho, seguir nas ruas, mas como? 42
MP 1045 é ataque aos direitos e exige resposta 45

Nacional

- Bolsonaro destrói políticas para mulheres* 49
Argentina: maternidade e aposentadoria 50
Inflação sobe mais aos pobres 53
Tutela militar, centrão e semipresidencialismo 56
Pandemia: número de casos cai, mas segue alto 60

Internacional

- Venezuela: a busca de um pacto nacional* 64
Haiti, um regime ilegítimo e ilegal 67
Rumo à greve geral em Guadalupe 69
África do Sul em chamas 70
França, rejeição ao passe sanitário 74
Peru: Pedro Castillo tomou posse, e agora? 77
Situação na Tunísia 80
A Verdade 108: a luta contra o imperialismo sob a pandemia 81

ATENÇÃO
Para utilizar os recursos interativos da versão digital, você precisará instalar gratuitamente o programa Adobe Acrobat Reader através da loja de aplicativos do seu aparelho (Google Play ou App Store).



Juventude



Victor Carvalho, diretor da UNE

Após o Conune extraordinário

Defender a independência da UNE na luta pelas reivindicações dos estudantes

O Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes (Conune) aconteceu de forma virtual entre 14 e 18 de julho. Com debates que envolvem a luta estudantil, num contexto onde milhares foram às ruas exigir o fim do governo Bolsonaro que nega o direito à educação e corta verbas.

Nessa conjuntura a nova direção eleita por um ano, prorrogável por mais um, deve mobilizar suas bases para impulsionar esse movimento ao lado do povo, levantando as reivindicações e dando força para derrubar o governo.

Une ao lado do povo

A tese “UNE é pra lutar”, impulsionada pela Juventude Revolução do PT, defendeu como

central derrubar Bolsonaro e seus generais e reabrir o debate sobre a Assembleia Constituinte Soberana como saída para realizar mudanças profundas no país.

A resolução aprovada defende “fora Bolsonaro e seus militares e uma reforma radical do Estado como única forma de sair da crise” e um conjunto de reivindicações estudantis como verbas para assistência estudantil etc. Mas, é também limitada, pois não deixa explícita uma postura independente sobre a continuidade da luta pelo Fora Bolsonaro, o que gera confusão. A UNE não pode ficar de mãos dadas com nossos inimigos (ver box).

Victor Carvalho, do DCE UNB – eleito diretor pela ‘Une é pra lutar’ – disse que “precisamos ouvir a voz das ruas. A UNE precisa estar ao lado dos que não querem nem mais um dia desse governo, não dá pra alimentar a ilusão de que as instituições que sustentam Bolsonaro vão resolver o problema. Só o povo na rua pode gerar as verdadeiras mudanças”.

Direito à educação presencial com segurança

É uma pauta necessária para levantar nos protestos, a exemplo do dia 11 de agosto, aprovado no congresso. Num quadro onde milhões ficaram sem nenhum acesso em 2020, governos impuseram o ensino remoto precário e excludente e cortaram verbas e programas de pesquisa, assistência e outros.

O ensino presencial com segurança é um direito, por isso a exigência aos governos, e também reitorias, das medidas para assegurar uma educação pública e de qualidade. A estudante Anitta Mazzei, da Universidade Estadual do Sudeste da Bahia (UESB), defendeu a necessidade da “ampliação das bolsas estudantis e testagem em massa nas universidades”.

A indignação dos estudantes pode ir às ruas com mais força e a UNE tem a responsabilidade de estar ao lado deles.

Katrina

UNE NO "BLOCO DEMOCRÁTICO", COM QUE MANDATO?

**Circulou nas redes uma convocatória do 24J em SP com a UNE junto ao PSDB e outros. Mas, quem decidiu colocar a UNE junto com os inimigos da educação? Uma coisa é votar pelo impeachment caso pautado no Congresso – duvidoso crer que Lira e Pacheco pautem –, outra coisa é a UNE se juntar, num bloco e palco comuns, com os golpistas. Não existe esse mandato para a entidade embarcar num “bloco democrático” com o PSDB e aderir a Frente Ampla defendida pelo PCdoB e outros que querem ficar de mãos dadas com saqueadores e golpistas como os tucanos FHC, Dória e cia. Mesmo se o tal Bloco foi um fiasco, amplo por cima e raquítico por baixo (ver pag. 7), não é hora de confusão. Disse Victor, diretor da UNE. Apoiado!
(Íntegra www.juventuderevolucao.com.br)**

Apagão no CNPq

Ciência brasileira ameaçada

No dia 23 de julho o sistema operacional do Currículo Lattes, de responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sofreu um apagão.

Pós-graduandos e pesquisadores não conseguiam acessar a plataforma. Dias depois, o governo federal tentou explicar a falha no sistema e disse que o problema estaria sendo resolvido.

O CNPq afirma que o apagão não afetará o pagamento de bolsas, mas nada está garantido. Relatos de servidores e colaboradores do órgão asseguram que não conseguem acessar seus e-mails e que os salários estão ameaçados, visto que o apagão paralisou a plataforma de currículo lattes e Carlos Chagas, além de editais e atividades.

Diversas entidades científicas, sindicais e estudantil, como a Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG), denunciam que o apagão é consequência dos cortes orçamentários que a agência vem sofrendo no governo Bolsonaro. Em julho foi anunciado o corte de R\$ 116 milhões que seriam destinados ao pagamento de bolsas de pesquisa, sem contar recursos ainda contingenciados no Congresso Nacional.

O CNPq trabalha atualmente com o menor orçamento dos últimos 21 anos(!), apenas R\$ 1,2 bilhão. É uma verdadeira política de sucateamento e destruição da ciência e pesquisa nacional.

Motivo a mais para reforçar a luta para derrubar esse governo!

Joelson Souza

Vem aí a Plenária Nacional da JR do PT!

Todo lugar à juventude! Núcleos começam a eleger suas delegações

Convocada para 11 de setembro, a Plenária da Juventude Revolução do PT se dirige a todos os jovens que desejam construir um futuro digno, lutar contra este sistema podre e combater Bolsonaro e seus generais. Numa situação onde o desemprego bate recorde entre os jovens, universidades são atacadas, a evasão escolar aumenta, a juventude negra é vítima de um acelerado genocídio, sobre os jovens pesa a insegurança em relação ao futuro, nesta situação não há outra forma de enfrentar que não seja se organizando para a luta.

Os núcleos da JRdoPT pelo Brasil já convocam reuniões abertas para discutir a convocatória

(www.juventuderevolucao.com.br) e eleger delegados e delegadas. Na convocatória da plenária a JRdoPT dialoga com esse sentimento de revolta contra o governo que foi às ruas. É o mesmo sentimento expresso pelos jovens que estão e estiveram à frente das revoltas que ocorreram na Colômbia, Chile e Peru. Manifestação nas quais os jovens revelam sua rejeição aos regimes que sustentam o sistema capitalista.

É essa indignação que permite reabrir “o debate da convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana como saída frente à crise e único meio de varrer as velhas instituições de cabo a rabo no Brasil”, como diz a convocatória da plenária. Não há ilusões de que a saída virá de golpistas ou mesmo dando as mãos a bolsonaristas arrependidos de última hora, como o tal Bloco Democrático ao qual a UNE se associou (ver matéria acima).

Ninguém aguenta mais a fome, o obscurantismo, a falta de vacina e o genocídio da juventude negra. Ninguém aguenta mais esperar uma saída que venha desse congresso nacional de picaretas e do judiciário parcial, cúmplices do caos. Não dá para aguardar as próximas eleições: abaixo esse governo!

É manifestando esta indignação e revolta que a juventude, de maneira autônoma, com suas

próprias pernas, sem pedir autorização a ninguém, vai tomando a rua nos países vizinhos e assim aqui também será. Errando e acertando, os jovens por sua própria conta, vão ocupar as ruas, resistir e lutar porque querem estudar, trabalhar e ter um futuro digno. É para isso que a JR do PT se organiza. Todo lugar à juventude!

Não há tempo a perder! Rumo à Plenária Nacional da Juventude Revolução do PT!

Jeffei

Editorial

Isso pode continuar até 2022?

Vale perguntar. Para contrapor a convicção de uns, em especial as instituições, com ilusões de outros, que se orientam por eliminar o governo numa disputa nas urnas em 2022, com a realidade nua e crua de para aonde caminhamos a cada dia que Bolsonaro segue no governo.

Para os que achavam que ele seria domesticável, chegando a propor reunião dos três poderes para isso, como fez o presidente do Supremo Tribunal Federal, Fux, a cada dia, ao vivo e a cores, Bolsonaro dá uma banana. A última foi a live da quinta-feira, dia 29, transmitida pela televisão estatal. Sobre a fraude eleitoral, na sua cruzada pelo voto impresso, Bolsonaro deu, digamos assim, uma de Dalgarno contra Lula “não tenho provas, mas tenho convicção”. O Judiciário aceitou a convicção e Lula foi preso e eliminado das eleições em 2018. Aliás, a live foi montada com um coronel da reserva. No caso de Lula, um tuite do general Villas Boas foi suficiente para o Judiciário bater continência à tutela militar. Pode-se esperar que esta instituição vai reagir?

**AVANÇAR NA LUTA
PARA ACABAR
COM A TRAGÉDIA
NACIONAL**

Em 2016, a mesma maioria reacionária do

Congresso Nacional, capitaneada pelo Centrão, que forjou crime onde não havia para dar o golpe na presidente Dilma, agora sob comando de Lira não vê motivos para avaliar os mais de 100 pedidos de impeachment contra o meliante que a cada dia é pego em flagrante. Pode-se esperar que daí vai vir alguma reação contra a desgraça que se abate sobre o povo com Bolsonaro no governo, e esperar outubro de 2022, dando-lhe mais pólvora para “botar fogo no circo”?

Flashes da vida real.

Nos açougues filas de trabalhadores e trabalhadoras se formam para conseguir um osso para a sopa, já que a carne está proibitiva.

A inflação, em particular nos preços dos alimentos, chega a patamares que atingem em cheio as famílias de baixa renda.

Em 2021 72% dos trabalhadores ainda com empregos tiveram reajustes salariais abaixo da inflação.

E o salário mínimo - como dizia Chico Anísio, “deste tamanhinho” - em 2022 terá um reajuste que será de metade da inflação.

No campo, segundo a Comissão Pastoral da Terra a violência registra os maiores números dos últimos 35 anos. O governo esmaga a agricultura familiar, responsável por 70% dos alimentos das mesas dos brasileiros e a fome volta com tudo.

O apagão do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) joga luz à destruição da ciência e pesquisa promovida pelo governo negacionista.

O incêndio da Cinemateca em São Paulo é um triste clarão sobre a destruição da cultura promovida por este governo obscurantista.

Várias capitais suspenderam a vacinação contra a Covid-19 por falta de vacinas, em função da política, mais que inoperante, criminosa de Bolsonaro e seus generais corruptos. Da testagem em massa, até aqui negada, nem se fala mais!

Esta lista tenebrosa para o povo, até outubro de 2022, será mais e mais ampliada a cada dia que Bolsonaro, seus generais e seu Centrão, permanecerem com as rédeas na mão.

Vem daí que a situação inaugurada no 1º de maio e que ganhou força no dia 29 de maio, com as primeiras mobilizações de rua por Fora Bolsonaro indicam o caminho que deve ser trilhado e aprofundado, com as formas de luta próprias da classe trabalhadora e com a juventude. Para construir a força que seja capaz de dar a resposta que a pergunta coloca: para o povo, que não pode contar com as instituições que compõem a tragédia a que chegamos: Não! Isso não pode continuar até 2022!

ASSINE O TRABALHO:

UM JORNAL INDEPENDENTE DOS PATRÕES E GOVERNOS



R\$ **10**/mês

 Acesso irrestrito no site

 Receba em casa pelo correio

 Assinatura por tempo indeterminado

OTRABALHO.ORG.BR/ASSINE

E DA DEMOCRACIA
OTRABALHO 

43
anos

FALTA OPOSIÇÃO PARA DETER OS ATAQUES

NENHUM DIA A MAIS: FIM DO GOVERNO BOLSONARO!

LULA FALA A NAÇÃO

UM JORNAL

INDEPENDENTE DOS PATRÕES E GOVERNOS

AMANSOU? É MARACUTAIA!

1000 mortes diárias em média
Retenção de verbas
Menos de 20% dos testes anunciados

FORA GOVERNO GENOCIDA!



GIULIVE NA REINULT (PR) EM DEFESA DOS EMPREGOS

LULA LIVRE! ANULADO DOS JULGAMENTOS

72% dos reajustes salariais são menores que a inflação

Segundo monitoramento da Fundação de Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) os reajustes de salários em 2021 ficaram, em média, abaixo da inflação oficial. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor foi de 8,9% no ano fechado em junho, enquanto o reajuste salarial ficou em 8,3%, em média.

De acordo com os dados da Fipe, nos últimos 12 meses desde junho, 72,6% das negociações salariais ficaram abaixo da inflação no período. Ou seja, 2 em cada 3 trabalhadores tiveram perda salarial no último ano. No geral, o salário médio pago é pouco maior que o mínimo. Em junho ele foi de apenas R\$ 1.354.

Em 2022, o salário mínimo perde para inflação, de novo

De acordo com a proposta de Bolsonaro, o salário mínimo em 2022 terá um reajuste menor que a metade da inflação do período. É isso que foi aprovado no Congresso Nacional nos últimos dias com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano que vem. Segundo a proposta do governo, avalizada pelos congressistas, o salário mínimo ficará em R\$ 1.147 no próximo ano.

Isso representa um reajuste de apenas 4,3%

sobre os atuais R\$ 1.100. Mas a inflação em 12 meses já está acima dos 8% e não dá sinais que irá arrefecer nos próximos meses.

População indígena abandonada ao Coronavírus

Governo Bolsonaro decidiu abandonar as populações indígenas à pandemia. É o que demonstra os dados do próprio governo federal. Neste ano, até o dia 3 de junho, o governo tinha um montante de R\$ 41,048 milhões para gastar no tratamento para Covid-19 aos povos indígenas. Esses recursos da Fundação Nacional do Índio (Funai) já eram insuficientes, porém, nem isso foi gasto. Até agora o governo só gastou R\$ 383,5 mil, menos que 1% do total previsto.

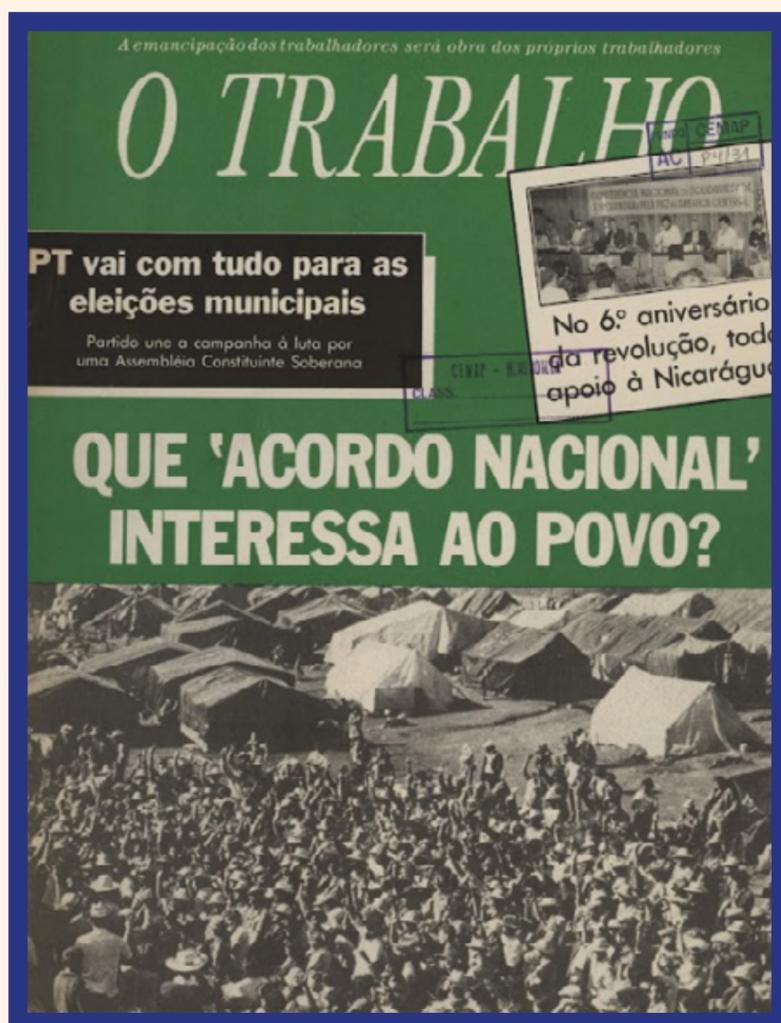
No ano passado a tragédia que se abateu nesta população explicitou o descaso do governo. Fatores como o isolamento geográfico e a falta de estrutura hospitalar no interior do país dificultam o atendimento dessas populações.

Sem ajuda suficiente do governo, a mortalidade pela Covid-19 entre índios no Brasil é exorbitante. Segundo dados da Fiocruz, a taxa de mortalidade da Covid-19 por 100 mil habitantes na população indígena é 7 vezes maior do que no resto do país, mesmo considerando as diferentes faixas etárias.



PT na luta por uma Constituinte soberana

Várias entidades democráticas, sindicais e organizações de trabalhadores já se pronunciaram contra a Constituinte da Aliança Democrática, que não se propõe sequer a ser verdadeiramente soberana, na medida mesma em que já se apresenta, no nascedouro, limitada (...) por um ato do presidente [Sarney]. (...) A campanha iniciada pelo PT em torno do projeto de lei apresentado no Congresso pelo deputado Djalma Bom, que antecipa os trabalhos constitucionais e garante a soberania da Constituinte, pode ser um instrumento maior para reforçar a luta dos trabalhadores a nível nacional, colocando, ao lado de suas lutas e como consequência natural delas, a necessidade de uma Constituinte verdadeiramente soberana.



O Trabalho nº 246 – 25/7/1985

Os deputados do PT votaram não ao texto final da nova Constituição, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais que lutaremos para ampliar. Com o nosso voto, negamos o governo Sarney, a tutela militar e a ordem conservadora que a nova Carta consagra.

Por que só o PT disse não à Constituição

contra as pressões militares e contra a influência do poder econômico, cujos interesses acabaram prevalecendo.

O Congresso Constituinte é integrado em sua imensa maioria por representantes de latifundiários, banqueiros, grupos multinacionais, grandes industriais nacionais, oportunistas, fisiológicos e corruptos. Assim, sua característica fundamental é ser conservador. Os 16 deputados do PT combateram os conservadores, mesmo quando eles se organizaram no "Centrão" e fizeram de boneco inclusive o presidente do Congresso, Ulysses Guimarães, que agora se faz passar por herói e pai da nova Constituição.

A reforma agrária ficou de fora

O PT votou 4 anos para Sarney, votou a favor da reforma agrária e da estabilidade no emprego. Votou também por eleições diretas para presidente em 1988, pela jornada de 40 horas e por férias em dobro para todos os trabalhadores. Deputados de outros partidos apoiaram alguns destes

fazer média e esconder sua simpatia pelo empresariado.

A nova Constituição, quando avaliada artigo por artigo, mostra alguns avanços no campo das liberdades individuais e dos direitos

trabalhadores (veja o quadro nesta página).



O PT é um dos principais responsáveis por esses avanços, ao lado de alguns parlamentares

Partido

Direitos para fazer

É a luta que faz a lei, dizia o PT ao entrar na Constituinte, para defender até o fim os direitos dos trabalhadores e da maioria da população. Com muita disposição e muita coragem, os nossos 16 deputados ajudaram a escrever na Constituição garantias e conquistas que agora precisam ser defendidas para valer de verdade. Resumidamente, são estes os principais direitos sociais inscritos na nova Carta:

Direito de greve - Cabe agora aos trabalhadores decidir quando e que interesses devem defender com a greve. Falta uma lei ordinária para regulamentar a greve nos "setores essenciais".

Jornada de 44 horas - O PT lutou pelas 40 horas, mas acabou só conseguindo reduzir a carga de 48 para 44 horas.

Férias com um terço a mais do salário - O PT defendeu férias em dobro, conseguiu a

regulamentar o período, será de 5 dias.

Igualdade de direitos - Conseguimos estender aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos: FGTS, salário-família, aposentadoria por tempo de serviço, hora extra etc.

Sindicalização do funcionário - Os servidores públicos ganharam o direito de se sindicalizar, como qualquer outro trabalhador.

50% a mais na hora extra - O empresariado queria manter a hora extra como é hoje, na base de 25%; o PT queria acabar com o horário extraordinário, para criar mais empregos e reduzir os acidentes de trabalho. No fim, o pagamento da hora extra subiu para um mínimo de 50% sobre a hora normal.

Prazo maior para reclamações - Agora, os trabalhadores poderão reclamar na Justiça direitos trabalhistas referentes aos cinco últimos anos de serviço



Governador ameaça com corte de salário de professores e bolsa dos estudantes

Volta às aulas semipresenciais na Bahia

Professores enfrentam truculência de Rui Costa e exigem mais medidas

O governador da Bahia, Rui Costa (PT), anunciou a volta às aulas semipresenciais para 26/7 na rede estadual. Ao invés de garantir as medidas necessárias para um retorno seguro o governador desqualificou e ameaçou os professores com o corte de salário e os estudantes com corte de bolsas caso não comparecessem às escolas.

Há muitas reclamações da precariedade e desigualdade do ensino remoto, mas “não dá para voltar de qualquer jeito, sem negociar e adotar as medidas necessárias” dizem os professores. O governador afirma que há condições, no entanto o retorno não foi como esperava.

A realidade é outra

Na primeira semana prevista para o retorno

viu-se que a realidade escolar é outra: não existem condições reais para um retorno seguro. Diretores de várias escolas tiveram que anunciar que não teriam aulas porque faltavam as condições materiais. O Colégio Estadual Pedro Calmon do município de Amargosa afirmou que “aulas semipresenciais serão iniciadas assim que demandas administrativas e técnicas sejam resolvidas”. Há cidades em que a vacinação segue suspensa e atrasada por falta de vacinas. A testagem realizada nas escolas estaduais pelo governo foi suspensa e não retomou. Mais do que isto, 90% dos municípios não tinham nem transporte escolar lícitado.

Mesmo nestas circunstâncias o governo encaminhou ofício para que os diretores das escolas controlassem o ponto dos trabalhadores da educação.

Professores exigem garantias

Mesmo com toda ameaça, na maior parte do estado os professores resolveram não retornar às atividades presenciais enquanto as condições não estejam asseguradas. A direção do sindicato (APLB) diz que só volta com a segunda dose aplicada. Porém, a delegacia sindical de Amargosa e os núcleos das cidades de São Gonçalo, Elísio Medrado, Teofilândia e Jiquiriçá defendem assembleia da categoria, pois “a pauta de reivindicações não se limita a vacinação” e para mobilizar e exigir

do governo outras medidas como “testagem para Covid da comunidade escolar, máscaras e outros EPIs, adequações físicas das salas, transporte escolar e passe livre estudantil, mais concursos”. Este movimento forçou o governo a sentar para negociar.

De que lado está governador?

É o questionamento dos professores na nota citada acima. Com razão! A truculência e ataques aos direitos não condiz com o mandato que o povo baiano deu a Rui do PT. É o tipo de postura da corja de ACM Neto (DEM) e Bolsonaro derrotados nas urnas na Bahia. Por isso, é vergonhoso o silêncio da direção estadual do PT até agora. Máira Gentil, da executiva estadual e do Diálogo e Ação Petista, disse que “é solidária com os professores e que o partido deve, sim, cobrar do governador que negocie e atenda as reivindicações”.

A negociação para o retorno presencial seguro deveria ser uma prioridade do governador petista, inclusive buscando força para enfrentar os cortes no orçamento e outros ataques de Bolsonaro. Se manca, mais um vez, governador!

David Romão

Memória: que inspire o presente

Da Constituição de 1988 ao governo Bolsonaro

O fac-símile ao final é das páginas 4 e 5 do Boletim Nacional do PT de outubro de 1988. Elas explicam, logo na abertura: *“Os deputados do PT votaram não ao texto final da nova Constituição, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais que lutaremos para ampliar. Com nosso voto, negamos o governo Sarney, a tutela militar e a ordem conservadora que a nova Carta consagra.”*

E afirma em um trecho: *“Quando analisada globalmente – e isso orienta o nosso voto ‘não’ – a nova Constituição revela seu caráter conservador, elitista, mesmo para um regime capitalista como o brasileiro. Mais do que por aquilo que diz, é pelo que não diz que a nova Constituição mostra sua verdadeira face. A nova Constituição negou a reforma agrária, negou a estabilidade no emprego e negou a liberdade sindical. Não redistribuiu a riqueza produzida nacionalmente, eleva a propriedade privada a direito fundamental da pessoa humana e mantém intocada a tutela militar no país. O PT não poderia aprovar uma Constituição que reconhece às Forças Armadas o poder de intervir na vida política para ‘garantir a lei e a ordem’”.*

Na avaliação do resultado final da nova Constituição o PT explicava que “também votou contra o esquema de representação reconhecido na nova Constituição que consagra um sistema eleitoral distorcido e injusto (o voto dos territórios e estados com menos eleitores vale mais que o voto dos estados mais populosos, com maior densidade eleitoral, e nos quais os trabalhadores estão mais organizados). Além disso, o Senado foi mantido com poderes de revisão das votações na Câmara dos Deputados”.

33 anos depois

33 anos depois, a tal Carta foi bastante piorada, com as Emendas Constitucionais feitas desde o governo de FHC até as mais recentes como a EC 95, do de teto de gastos, durante o governo Temer. Emendas aprovadas ao longo do percurso pelas sucessivas maiorias reacionárias do Congresso Nacional, eleito “por sistema eleitoral distorcido e injusto”.

33 anos depois em que ficou comprovado que o golpe contra Dilma em 2016 e a perseguição e prisão de Lula foram apoiados nas instituições da “ordem conservadora” que a Constituição de 1988 “consagrou”; 33 anos depois, quando sob o governo Bolsonaro a tutela militar se escancara; 33 anos depois, com os latifundiários se locupletando, armados, e a violência contra os trabalhadores sem-terra e os povos indígenas cresce exponencialmente,

num governo que “comemora” o dia do agricultor com um latifundiário de rifle nos ombros; que conclusão tirar?

33 anos depois, mais que uma recordação, este Boletim Nacional deveria servir de inspiração para as tarefas pelas quais há 40 anos o PT foi criado, como demonstrou a posição da nossa bancada em 1988. Na mal chama Assembleia Constituinte de 1988, o que se produziu, foi uma *“Constituição atrasada, devido a ação e influência do governo Sarney, à nefasta tutela dos militares, ao poder dos banqueiros, dos latifundiários, das multinacionais, do ‘Centrão’, da UDR, do conservadorismo em geral.”* (Boletim Nacional do PT).

Recuperar o que se diz neste Boletim não é uma “volta ao passado”, mas deve servir para lembrar que a “ordem conservadora” que a Constituição de 1988 “consagrou”, é mais presente e atuante do que nunca. E daí tirar as consequências práticas. Num momento em que as ruas voltam a ser ocupadas, para pôr fim ao governo Bolsonaro, avançar a luta para pôr fim também à “ordem conservadora” que criou Bolsonaro e que, com a tutela militar, o sustenta. Uma verdadeira Constituinte, soberana, deve entrar no radar. Afinal em 1988 a Constituinte, meia sola, onde foi gerado o centrão – que com suas metamorfoses não deixou de ser o que é, e hoje está no coração do governo - não só não resolveu, mas

Os deputados do PT votaram não ao texto final da nova Constituição, em defesa dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais que lutaremos para ampliar. Com o nosso voto, negamos o governo Sarney, a tutela militar e a ordem conservadora que a nova Carta consagra.

Por que só o PT disse não à Constituição

contra as pressões militares e contra a influência do poder econômico, cujos interesses acabaram prevalecendo.

O Congresso Constituinte é integrado, em sua imensa maioria, por representantes dos latifundiários, banqueiros, grupos multinacionais, grandes industriais, nacionais, oportunistas, fisiológicos e corruptos.

Assim, sua característica fundamental é ser conservador. Os 16 deputados do PT combatem os conservadores, mesmo quando eles se organizaram no "Centrão" e fizeram de bonco inclusive o presidente do Congresso, Ulysses Guimarães, que agora se faz passar por herói e pai da nova Constituição.

A reforma agrária ficou de fora

O PT votou 4 anos para reforma agrária e da estabilidade no emprego. Votou também por eleições diretas para presidente em 1988, pela jornada de 40 horas e por férias em dobro para todos os trabalhadores. Deputados de outros partidos apoiaram alguns destes pontos. Mas poucos votaram com a coesão da Bancada do PT. Por exemplo, o senador Mário Covas, que apóia os 4 anos, votou contra a estabilidade no emprego. E Ulysses Guimarães se absteve o tempo todo, para

trabalhadores (veja o quadro nesta página).

O PT é um dos principais responsáveis por esses avanços, no campo das liberdades democráticas e dos direitos dos parlamentares

progressistas, pois procurou ser porta-voz das reivindicações, manifestações e mobilizações sindicais e populares. Mas os avanços, em sua maior parte, representam uma parte modesta das necessidades e

das reivindicações populares. Além disso, boa parte do que foi aprovado ainda depende de leis posteriores e vários itens não passaram de declarações de intenções.

Quando avallada globalmente — e isto orientou o nosso voto "não" —, a nova Constituição revela seu caráter conservador, elitista, mesmo para um regime capitalista como o brasileiro. Mais do que por aquilo que diz, é pelo que não diz que a nova Constituição mostra sua verdadeira face. A nova Constituição negou a reforma agrária, negou a estabilidade no emprego e não redistribuiu a riqueza produzida nacionalmente, eleva a propriedade privada à condição de direito fundamental da pessoa humana e mantém intocada a tutela militar no país.

Uma lei atrasada até no capitalismo

O PT não poderia aprovar uma Constituição que reconhece às Forças Armadas o direito e o poder de intervir na vida política para "garantir a lei e a ordem". Desse modo, qualquer greve, qualquer mobilização dos trabalhadores, qualquer gesto de oposição política ao governo ou ao regime multinacionais, dos militares, sob a proteção

regulamentar o período, será de 5 dias.

Igualdade de direitos - Consigamos estender aos trabalhadores rurais os direitos dos trabalhadores urbanos: FGTS, salário-família, aposentadoria por tempo de serviço, hora extra etc.

Sindicalização do funcionalário - Os servidores públicos ganharam o direito de se sindicalizar, como qualquer outro trabalhador.

O empresário queria manter a hora extra como é hoje, na base de 25%; o PT queria acabar com o horário extraordinário, para criar mais empregos e reduzir os acidentes de trabalho. No fim, o pagamento da hora extra saiu para um mínimo de 50% sobre a hora normal.

Prazo maior para reclamações - Alguns, os trabalhadores poderiam reclamar na Justiça direitos trabalhistas referentes aos cinco últimos anos de serviço - e não mais só aos dois últimos, como era antes.

Proteção contra dispensa imotivada - O PT queria proibir a demissão sem justa causa. Como nossa proposta perdeu, conseguimos aumentar de 10% para 40% a multa do FGTS para os trabalhadores demitidos.



da Constituição, em defesa da lei e da ordem dominante.

O PT votou contra uma Constituição que não ataca os problemas fundamentais da estrutura da terra. A maioria conservadora não só conserva os privilégios latifundiários, como impediu que milhares de trabalhadores pudessem ter acesso a um pedaço de terra. Assim, a nova Constituição tenta converter os trabalhadores rurais em cidadãos de segunda classe.

O PT também votou contra o esquema de representação reconhecido pela nova Constituição, que consagra um sistema eleitoral distorcido e injusto (o voto dos territórios e dos Estados com menos eleitores vale mais, relativamente, que o voto dos Estados mais populosos, com maior densidade eleitoral e nos quais os trabalhadores estão mais organizados).

Além disso, o Senado foi mantido, com poderes de revisão das votações da Câmara dos Deputados.

Em resumo, o PT votou contra a Constituição aprovada porque, mesmo nos marcos de uma sociedade capitalista — que o PT rejeita e combate —, a ação e influência do governo Sarney, à beirada tutela dos militares, ao poder dos banqueiros, dos latifundiários, dos multinacionais, do "Centrão", da UDR, dos

conservadores em geral. O PT votou não porque, com esse não, demonstra à classe trabalhadora que é necessário e possível não conformar-se, não desanimar, e continuar lutando por um mundo melhor.

Vamos apressar as leis complementares

Mas por que votar não e assinar a Constituição? É que, apesar de assinar a Constituição, uma vez que participou do processo de sua elaboração (votando sim ou não em cada artigo, ressalvas), o não era o limite máximo de nossas possibilidades institucionais, no quadro de atual correlação de forças. Fosse outra a força

de lutar por eles com muita garra e disposição

O PT assumiu o compromisso de lutar, dentro e fora do Congresso, para apressar a votação da legislação ordinária e complementar necessária à entrada em vigor dos direitos sociais e trabalhistas. Vai, também, em conjunto com o movimento sindical e popular, apresentar emendas constitucionais para tentar incluir pontos que não foram obtidos na nova Constituição, principalmente a reforma sindical, a liberdade de greve e o fim da tutela militar.

Nos próximos meses, haverá uma intensa luta política para a elaboração das Constituintes estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios. Com sua coerência e combatividade, o PT estará dando tudo para assegurar colocar nestas leis novos direitos dos trabalhadores.

Um novo município

Com a nova Constituição, o Município ganha um pouco de autonomia política e financeira. Crescem suas atribuições, amplia-se sua competência para arrecadar e administrar recursos, aumentam as possibilidades de população local influir sobre seu destino. Tudo isso valoriza o papel do prefeito eleito, sobretudo, o do vereador.

Para um prefeito do PT, fica agora mais fácil tornar realidade essas propostas de administrar a cidade, cuidar dos interesses da população, ao nível de governar para o capital ou ficar de pernas no chão mendigando verbas do governo do Estado. Nesse novo município, cujos limites começam a se desmembrar já em 1989, é fundamental abrir caminhos para a participação popular e para a construção de um poder local.

Outro aspecto decisivo, sobre o qual os vereadores poderão influir, é o da elaboração do orçamento municipal. Sem falar na questão urbana, tratada no texto da nova Constituição e que passa a impor, a cada município, a necessidade de um plano diretor, que oriente a política de desenvolvimento e expansão urbana.

A elaboração da Lei Orgânica do Município não será uma mera questão de técnica legislativa, mas de intensa luta política. É papel do vereador do PT capacitar-se para esta luta, em todas as frentes, e empenhar-se para que a nova lei corresponda aos interesses da maioria da população.

Outro aspecto fundamental, para o PT, é lutar para que uma grande parcela da sociedade brasileira, hoje marginalizada e desorganizada, possa não só elevar seu padrão de vida, mas possa ganhar condições de tornar-se titular de direitos, libertando-se da condenação de ficar à margem dos direitos sociais inscritos na nova Constituição.

de lutar por eles com muita garra e disposição

O PT assumiu o compromisso de lutar, dentro e fora do Congresso, para apressar a votação da legislação ordinária e complementar necessária à entrada em vigor dos direitos sociais e trabalhistas. Vai, também, em conjunto com o movimento sindical e popular, apresentar emendas constitucionais para tentar incluir pontos que não foram obtidos na nova Constituição, principalmente a reforma sindical, a liberdade de greve e o fim da tutela militar.

Nos próximos meses, haverá uma intensa luta política para a elaboração das Constituintes estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios. Com sua coerência e combatividade, o PT estará dando tudo para assegurar colocar nestas leis novos direitos dos trabalhadores.

Com a nova Constituição, o Município ganha um pouco de autonomia política e financeira. Crescem suas atribuições, amplia-se sua competência para arrecadar e administrar recursos, aumentam as possibilidades de população local influir sobre seu destino. Tudo isso valoriza o papel do prefeito eleito, sobretudo, o do vereador.

Para um prefeito do PT, fica agora mais fácil tornar realidade essas propostas de administrar a cidade, cuidar dos interesses da população, ao nível de governar para o capital ou ficar de pernas no chão mendigando verbas do governo do Estado. Nesse novo município, cujos limites começam a se desmembrar já em 1989, é fundamental abrir caminhos para a participação popular e para a construção de um poder local.

Outro aspecto decisivo, sobre o qual os vereadores poderão influir, é o da elaboração do orçamento municipal. Sem falar na questão urbana, tratada no texto da nova Constituição e que passa a impor, a cada município, a necessidade de um plano diretor, que oriente a política de desenvolvimento e expansão urbana.

Como constituinte, a lei votada pelos vereadores não poderá mais ser vetada pelo prefeito. Isso é importante porque, embora a União e o Estado regulem a maior parte dos assuntos, ainda sobre muita coisa para a "constituinte" do Município. Um exemplo é a organização e a prestação, diretamente ou por concessão, dos serviços públicos de caráter local, afim de melhorar o transporte coletivo.

Outro aspecto decisivo, sobre o qual os vereadores poderão influir, é o da elaboração do orçamento municipal. Sem falar na questão urbana, tratada no texto da nova Constituição e que passa a impor, a cada município, a necessidade de um plano diretor, que oriente a política de desenvolvimento e expansão urbana.

A elaboração da Lei Orgânica do Município não será uma mera questão de técnica legislativa, mas de intensa luta política. É papel do vereador do PT capacitar-se para esta luta, em todas as frentes, e empenhar-se para que a nova lei corresponda aos interesses da maioria da população.

Outro aspecto fundamental, para o PT, é lutar para que uma grande parcela da sociedade brasileira, hoje marginalizada e desorganizada, possa não só elevar seu padrão de vida, mas possa ganhar condições de tornar-se titular de direitos, libertando-se da condenação de ficar à margem dos direitos sociais inscritos na nova Constituição.

Nos próximos meses, haverá uma intensa luta política para a elaboração das Constituintes estaduais e das Leis Orgânicas dos Municípios. Com sua coerência e combatividade, o PT estará dando tudo para assegurar colocar nestas leis novos direitos dos trabalhadores.

Com a nova Constituição, o Município ganha um pouco de autonomia política e financeira. Crescem suas atribuições, amplia-se sua competência para arrecadar e administrar recursos, aumentam as possibilidades de população local influir sobre seu destino. Tudo isso valoriza o papel do prefeito eleito, sobretudo, o do vereador.

Para um prefeito do PT, fica agora mais fácil tornar realidade essas propostas de administrar a cidade, cuidar dos interesses da população, ao nível de governar para o capital ou ficar de pernas no chão mendigando verbas do governo do Estado. Nesse novo município, cujos limites começam a se desmembrar já em 1989, é fundamental abrir caminhos para a participação popular e para a construção de um poder local.

Outro aspecto decisivo, sobre o qual os vereadores poderão influir, é o da elaboração do orçamento municipal. Sem falar na questão urbana, tratada no texto da nova Constituição e que passa a impor, a cada município, a necessidade de um plano diretor, que oriente a política de desenvolvimento e expansão urbana.

A elaboração da Lei Orgânica do Município não será uma mera questão de técnica legislativa, mas de intensa luta política. É papel do vereador do PT capacitar-se para esta luta, em todas as frentes, e empenhar-se para que a nova lei corresponda aos interesses da maioria da população.

consagrou os torniquetes que seguem esmagando a nação e o povo trabalhador.

Misa Boito

de 29 de julho a 12 de agosto de 2021

DIÁLOGO E

AÇÃO PETISTA

PT

 /DapBrasil  /DapBrasil  /DapBrasil  <http://petista.org.br>

DAP ABRE DEBATE SOBRE A CONSTITUINTE

Plenária Nacional decide organizar e ampliar a discussão

A Plenária Nacional do Diálogo e Ação Petista, realizada em 10 de julho com 690 militantes de 22 estados na sala virtual, aprovou, como principal conclusão do fecundo debate político realizado, que a discussão sobre a Assembleia Constituinte Soberana e Democrática deve ser aprofundada nos grupos de base do DAP. Daí, a discussão deve ser estendida ao PT, aos sindicatos e movimentos sociais e populares.

O movimento crescente, nas ruas, para pôr fim ao governo Bolsonaro, coloca na ordem do dia a necessidade de uma perspectiva política clara de solução dos problemas imediatos e estruturais que afetam a vida da grande maioria da população. Para o DAP, essa perspectiva é a Constituinte.

Por que e em que condições uma Constituinte deve se instalar? Iniciando este debate, dois companheiros do Comitê Nacional do DAP dão as suas respostas.

A palavra a Luiz Eduardo Greenhalgh

Vivemos num regime de exceção, iniciado com a cassação ilegal da Presidente Dilma, passando pela prisão e interdição dos direitos



**Luiz Eduardo Greenhalgh, do
Diretório Nacional do PT**

políticos do Presidente Lula e culminando com a eleição de Bolsonaro, cujo governo escancara sua natureza ditatorial, militarista e de inspiração fascista.

Com mais de meio milhão de mortos pela Covid 19, milhares de pessoas ocupam as ruas aos gritos de “Fora Bolsonaro e seus generais”.

Mas também devemos pensar a médio prazo, em como garantir o calendário eleitoral; vencer as eleições, tomar posse e iniciar um período governamental de reconstrução nacional.

E isso não se fará sem um debate real e efetivo de todos os problemas nacionais, com a participação ampla do povo. Ou seja, com uma Assembleia Constituinte livre, soberana e popular, que firme um novo compromisso com as aspirações populares. A reconstrução da Nação vai passar pela convocação de uma Assembleia Constituinte.

Muita gente se recusa a admitir a necessidade desse processo, com receio de que se produza um texto constitucional piorado em relação ao que temos hoje.

Mas eu pergunto: que texto constitucional temos hoje? De que adianta o atual texto

se ele tem permitido todas as ilegalidades que temos sofrido desde o impeachment de Dilma? De que tem valido para o povo brasileiro a atual Constituição, se até mesmo a corte que a interpreta – o STF – a descaracteriza e a vulnera cotidianamente?

Nossa Constituição está esclerosada ao permitir passivamente a sustentação e a manutenção da atual ordem, que é intolerável para o povo brasileiro.

O Brasil precisa de reformas estruturais que visem a estabelecer uma sociedade mais justa para todos, reformas que só serão feitas com um novo contrato social. E esse contrato social deve ser estabelecido num novo compromisso firmado resultante de uma Constituição, num processo que pode ser lento, mas é irreversível.



**Roberto Salomão, da
Executiva Estadual do PT-
Paraná**

A palavra a Roberto Salomão

Tenho ouvido de vários companheiros do PT e dos movimentos sociais as seguintes objeções à Constituinte: a relação de forças não é favorável, uma nova Constituição nessas condições seria ainda mais prejudicial aos trabalhadores, temos primeiro de ganhar musculatura... Tais

argumentos, parece-me, pecam pela base.

Ao longo de sua história de mais de 200 anos, a classe operária internacional enfrentou os maiores desafios, quase sempre em posição de desvantagem diante dos capitalistas e seu Estado. Mas foram justamente essas lutas heroicas que permitiram aos trabalhadores avançar em sua organização independente e obter conquistas, foram elas que propiciaram a mudança na relação de forças.

Hoje, no Brasil, os trabalhadores, a juventude e o povo pobre e explorado avançam em seu movimento para enxotar Bolsonaro, seus generais e o resto da quadrilha. Mas, cada vez mais, uma questão exige resposta: o que colocar no lugar? Pode ser Lula presidente e é evidente que nessa disputa todos nós cerraremos fileiras. Porém, em que condições Lula governaria: sob tutela militar (consagrada na atual Constituição), refém de um Congresso antipovo (nas quatro vezes em que o PT elegeu o presidente, nunca teve mais de 20% do Congresso) e à mercê de um Judiciário que foi o principal promotor da condenação e prisão do próprio Lula?

São essas tarefas que uma Constituinte Soberana e Democrática deve cumprir: reformas política, militar, do Judiciário, agrária, urbana, tributária, da mídia. Isso só será possível com o povo na rua. A Constituinte deve ser a voz do povo e a representação fiel deste

povo, sem as atuais distorções.

Então, em que momento a luta pela Constituinte deve ganhar as ruas? No momento em que isso for necessário, melhor dizendo, no momento em que essa necessidade passa a ser sentida pelos trabalhadores e jovens em luta. É essa tomada de consciência que devemos ajudar levantando a bandeira da Constituinte Soberana..

VEREADOR DENUNCIA **PERSEGUIÇÃO POLICIAL**

O vereador Renato Freitas (PT-Curitiba) foi preso pela quarta vez na sexta-feira, 23 de julho. Ele estava fazendo um comício chamando para a manifestação do dia 24 pelo “fora Bolsonaro”. A Guarda Municipal o algemou, agrediu e ele só foi solto tarde da noite.

No ato de sábado, Renato denunciou a atitude inaceitável da Guarda: “Esta é a Curitiba do cartão postal. Aqui pode humilhar, pode bater, pode arrastar a cara no chão. É o sistema fascista de Curitiba”.

O vereador foi além: “A morte neste país nunca foi aleatória. Quem morre na pandemia são os pobres da periferia, da favela, obrigados a pegar ônibus superlotados”. Não só



Renato, no ato do dia 24, denuncia sua prisão e a ação das polícias.

pela pandemia: “Em 2020, mais de 100 pessoas foram assassinadas pela PM em Curitiba. É a quinta PM mais violenta do Brasil”. “É uma polícia racista, higienista”, continuou. “Eu sou exceção, o que acontece comigo todo mundo fica sabendo rapidamente, por conta da organização do movimento popular. Mas, e o neguinho do Tatuquara, do Sítio Cercado, de Colombo, de Almirante Tamandaré [2 bairros periféricos e 2 municípios da região metropolitana de Curitiba-NR], ninguém fica sabendo quando são agredidos por essa polícia”.

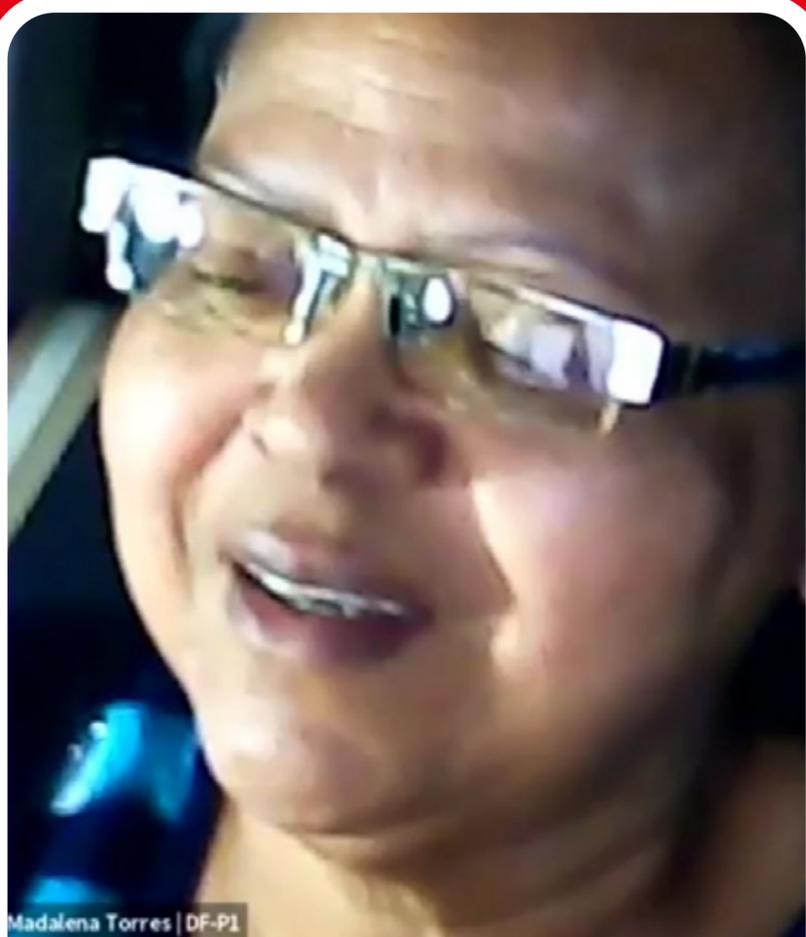
“Nossas mortes não foram em vão” disse na sequência. “Querem apagar nossa história, mas não vão conseguir”.

Renato defendeu mudanças profundas: “São necessárias novas instituições, a começar pela segurança pública. A PM tem de ser desmilitarizada. As guardas municipais também.

Não é desarmar, é fazer com que a polícia nos olhe como cidadãos, não como inimigos”.

ERRATA

Na edição 886, por falha nossa, foram trocadas as fotos de duas companheiras que falaram na Plenária Nacional. Republicamos aqui suas fotos com a identificação correta.



**Madalena Torres, de
Ceilândia-DF**



**Suzi Rodrigues, de
Recife-PE**

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS

Luta de classe



Servidores preparam greve

Contra a PEC 32 que acelera desmanche dos serviços públicos, chamam paralização em 18/8

Desde o golpe de 2016, uma verdadeira tragédia se abate sobre os servidores e a população que precisa dos serviços públicos.

A redução do orçamento para saúde, educação, salários e contratações, congelado pela Emenda Constitucional 95/2016 (teto de gastos de Temer), mostra nitidamente seus efeitos em 2021. Esse congelamento está previsto para continuar até 2036, sua revogação é uma bandeira dos movimentos sociais para que seja possível atender os direitos básicos do povo.

Reportagem da Folha de São Paulo aponta que a taxa de reposição dos servidores federais é a menor da série histórica. O número de servidores caiu de 331,1 mil, em 2007 (governo Lula) para 208 mil neste ano, e trouxe de volta problemas como a fila do INSS, a redução da fiscalização e das multas por crimes contra o meio ambiente e segurança do trabalho, a sonegação de tributos, dentre outros prejuízos para o povo que depende dos serviços públicos e para a nação.

Sem concursos e novas nomeações a situação pode piorar ainda mais, pois 70% dos servidores federais cumprirão os requisitos para

se aposentar nos próximos 5 anos, sobrecarregando os que ficam. Para se ter uma ideia, o INSS está com menos 50% de servidores e o Ibama com menos 40%.

A PEC 32, combinada com o grande número de aposentadorias, abre uma “oportunidade” para o governo e parlamentares: o ingresso por concurso público poderá ser substituído por nomeação de apadrinhados, pois a proposta de reforma administrativa preserva o concurso somente para as chamadas “carreiras exclusivas”, os demais entram por formas de seleção “simplificada” e sem estabilidade.

Combinada com o trancamento de contratações segue o congelamento de salários. Somente no governo Bolsonaro o congelamento de salários “economizou” R\$ 2 bilhões. Soma-se a isso o mais de R\$ 1,5 bi “economizado” com o trabalho remoto durante a pandemia.

Drama em estados e municípios

A situação dos servidores estaduais e municipais não é diferente. Dos pouco mais de 10 milhões de servidores brasileiros, três milhões estão nos Estados e outros seis nos serviços municipais. Todos foram atingidos pelo congelamento de salários imposto pelas medidas da chamada PEC Emergencial aprovada durante a pandemia.

Para se ajustar ao refinanciamento das dívidas

de estados e municípios, o governo federal exige que todas as estatais sejam privatizadas e salários e nomeações sejam congelados por mais 10 anos.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, os salários já estão congelados desde 2014 e há relatos de casos em que servidores tentaram tirar a própria vida desesperados pela incapacidade de garantir seu sustento. Não são poucos casos de servidores que sobrevivem com cestas básicas arrecadadas pelos sindicatos.

Rumo à greve do funcionalismo

No fechamento desta edição, se instalava o Encontro Nacional das Três Esferas para derrotar a Reforma Administrativa, convocado pelas centrais sindicais para 29 e 30 de julho.

O encontro está chamado a aprovar a proposta de mobilização nacional e greve dos servidores públicos em 18 de agosto, a ser preparada por assembleias de base em todos os estados e municípios. É o impulso necessário para impor a rejeição da proposta que tramita na Câmara dos Deputados de autoria de Bolsonaro e Paulo Guedes.

Marcelo Carlini



Greve no IPT (SP) contra o reajuste zero!

Instituto na USP é paralisado 48 horas pelos trabalhadores

Deflagrada em 26 de julho pelo SINTPq, sindicato que representa os trabalhadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT), a greve se deu contra o reajuste zero que o governo Dória (PSDB) apontou na mesa de conciliação de 21' de julho. Com uma perda acumulada em três anos de 11%, a reação dos servidores foi ir à greve.

O IPT/SP é uma referência de pesquisas tecnológicas para o país, mas, em contraste com seu discurso de “defensor da ciência”, Dória, na realidade, nega aos trabalhadores a reposição das perdas salariais e sucateia os serviços oferecidos pelo IPT, como denuncia o presidente do SINTPq, João Paulo Porsani. No dia 27 de julho, segundo dia de greve,

se manteve forte mobilização na porta do IPT (foto), com os trabalhadores realizando assembleia presencial.

Informados pelo SINTPq sobre a abertura de dissídio coletivo, decidiram suspender a greve, mantendo-se em estado de greve, alertas ao dissídio e em pressão contra o governo estadual.

João B. Gomes

Todo apoio à Chapa 1 nas eleições do SintraseM

Servidores de Florianópolis vão às urnas em 11 e 12 de agosto

Estamos na reta final da campanha para as eleições do SintraseM - sindicato dos servidores municipais de Florianópolis - que será realizada nos dias 11 e 12 de agosto. A Chapa 1- CUT- “Unidos Seguimos na Luta”, ciosa de sua independência política e financeira, se dirige aos sindicatos filiados à CUT e a todos que defendem a liberdade de organização sindical, pedindo o seu apoio nessas importantes eleições sindicais, pois o SintraseM vem sendo um dos pilares da CUT em Santa Catarina.

É inegável a referencia de luta que são os servidores municipais da capital e seu sindicato,

não só no estado, mas a nível nacional. O Sintrasep representa os trabalhadores do magistério, da administração (quadro civil) e da COMCAP (empresa de coleta de lixo) da cidade.

A luta em defesa dos trabalhadores e dos serviços públicos é o centro para a Chapa 1, apoiada pela atual direção sindical. O que passa pela melhoria de condições de salários e de trabalho da categoria em benefício de toda população, seja na saúde, na educação, na assistência, na limpeza da cidade, na luta contra as privatizações, terceirizações pretendidas pelo prefeito Gean, que se liga à luta contra a Reforma Administrativa (PEC 32) de Bolsonaro/Guedes.

Todo apoio político e financeiro à Chapa 1, “Unidos Seguimos na Luta”!

Correspondente

LIBERDADE PARA PAULO GALO E GÉSSICA

Em nota firmada pelo seu presidente, Sérgio Nobre, e pela secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos, Jandyra Uehara, a CUT exige a libertação imediata de Paulo Lima, o Galo, e de Géssica Barbosa.

Eles foram presos em função da queima da estátua do bandeirante Borba Gato na zona sul da capital paulista ao se apresentarem, voluntariamente, à Delegacia de Polícia para prestar esclarecimentos, uma vez que eram investigados. Na ocasião também foi preso Danilo Oliveira, o Bui, mas foi liberado. Enquanto Paulo e Géssica seguem presos.

“Exigimos a liberdade imediata de Paulo Galo e Géssica e que tenham todos os seus direitos respeitados e convocamos as organizações da classe trabalhadora brasileira para construir um forte movimento de solidariedade para impedir qualquer injustiça nesse processo”, conclui a nota da CUT.



Av. Paulista, 24 de julho

Depois do 24 de julho, seguir nas ruas, mas como?

Novos desafios se colocam para a continuidade da luta por Fora Bolsonaro

O sábado 24 de julho viu, pela quarta vez consecutiva, as ruas das capitais e centenas de cidades brasileiras tomadas por manifestações de massa pelo fim do governo Bolsonaro. Elas se deram globalmente no mesmo patamar das anteriores, sendo maiores ou menores de acordo com as distintas cidades, o que vale dizer que ainda não tiveram um crescimento significativo na presença do “povão” que mais sofre com a crise econômica, social e sanitária, a qual se amplia a cada dia a mais que o governo Bolsonaro exista.

Nas vanguardas que participam das reuniões

virtuais da Campanha Fora Bolsonaro – frentes, partidos e organizações populares – começou uma discussão sobre um eventual “cansaço” dos atos de rua, a busca por “novas formas mais criativas” e outras “explicações” superficiais do gênero. Uma coisa é certa, é preciso continuar ocupando as ruas do país, mas, como dizia o panfleto do DAP distribuído em 24 de julho, “as mobilizações de rua devem somar-se a paralisações e à preparação de uma greve geral que expulse essa quadrilha do Palácio do Planalto”.

Tanto no antecipado dia 3 de julho, como agora no dia 24, os partidos de oposição, mas não só, tentaram direcionar a revolta contra o governo Bolsonaro ao impeachment do presidente. Há gente que diz que como o atual Congresso não votará o impeachment há um “impasse”. Mas as ruas gritam pelo fim desse governo, e não para substituir Bolsonaro por Mourão e seguir a mesma política de destruição da nação.

Não se trata de convocar um ato atrás do outro, o que se trata é de buscar a classe trabalhadora, os setores oprimidos das periferias, ouvir e expressar as suas reivindicações e combiná-las com a luta pelo fim do governo Bolsonaro. A entrada em cena da classe trabalhadora com seus métodos de luta – paralisações e greves – é fundamental. Daí

a importância da preparação de uma jornada de luta e paralisações ao redor da greve que se prepara no funcionalismo para 18 de agosto (ver página 36).

No interior desse movimento contra o governo Bolsonaro, deve-se abrir a discussão sobre a saída política que significaria dar a palavra ao povo, através de uma Assembleia Constituinte Soberana, para reconstruir a nação e livrá-la das atuais instituições apodrecidas e sob tutela militar. Agora e já, Fora Bolsonaro e seus generais!

Julio Turra

UM PRIMEIRO FIASCO DO “BLOCO DEMOCRÁTICO”

O PCdoB estreou na Avenida Paulista em 24 de julho o “bloco democrático”. Eram de 100 a 200 pessoas – de cinco a dez de cada partido - diante de um caminhão de som com músicas numa ponta da avenida. As falas foram de representantes da UNE, UBES, UMES, UJS, PSB, PDT, PPL, PSDB, Solidariedade, CTB e outras centrais como UGT e Força, além do próprio PCdoB.

“Aqui cabem todos, de todas as cores, centro, centro-direita, o que nos une é a defesa da democracia e unir todos que querem derrotar Bolsonaro”, era a fala padrão de todos. O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) foi o orador principal: “Eu espero que este espírito de patriotismo, de resistência, de democracia, de respeito ao pluralismo político presente neste ato seja referência a todos que queiram lutar para derrotar Bolsonaro”.

Já a representante do PSDB puxou “O Bolsonaro seu fascistinha a frente ampla vai te colocar na linha”, e depois de recordar que “o PSDB nasceu das grandes lutas pela democracia”, agradeceu “a todos partidos e movimentos aqui presentes que estão garantindo esta frente ampla”. Os que falaram pelo PDT, PSB e Solidariedade eram ilustres desconhecidos. Um fiasco de público e crítica.

MP 1045 é ataque aos direitos e exige resposta

Centrais sindicais divulgam nota, mas não propõem qualquer ação

Em 27 de julho, Bolsonaro, como parte de suas negociações com o “centrão”, resolveu editar Medida Provisória (MP 1058) ressuscitando o cadáver do Ministério do Trabalho e Previdência, desmembrado do super-ministério de Paulo Guedes e entregue ao deputado Onix Lorenzoni (DEM-RS). Onix já anunciou que abandonará o cargo em abril para disputar eleições em 2022. Ninguém pode crer que o governo Bolsonaro está preocupado com os direitos dos trabalhadores ao recriar o ministério. Basta ver a MP 1045 recém editada que reduz jornadas e salários, reintroduz a “carteira verde amarela” e que, se aprovada no Congresso, será uma nova e ainda mais regressiva “minirreforma trabalhista”.

O Fórum das Centrais Sindicais, em nota de 20 de julho, repudia o Parecer à MP 1045 “cheio de jabutis”, do deputado Christino Abreu (PP-RJ), e manifesta “repúdio às diversas modificações trazidas”.

Com efeito, os “jabutis” existem: trabalhador com contrato de trabalho suspenso pode contribuir como segurado facultativo, quando é o empregador que deve pagar a contribuição

previdenciária; Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego trazendo dispositivos da MP 905 (carteira verde amarela); alteração de vários artigos da legislação trabalhista atual, recuperando dispositivos da MP 905 e da MP 927, com graves modificações nas normas que definem gratuidade da justiça e alterações no tocante à fiscalização do trabalho e extensão de jornada.

Tirar “jabutis” resolve?

Parece que é o que as centrais querem, pois na nota se lê que elas “reiteram que o objetivo da MP nº 1.045 é reeditar as regras da MP nº 936, de 2020, com fins de garantir a redução de jornada e salários e a suspensão de contratos, para assegurar a manutenção de postos de trabalho durante a crise sanitária causada pela pandemia”. O que ignora o fato de que a MP 936 resultou em mais de 10 milhões de trabalhadores com salários reduzidos e contratos suspensos, enquanto os patrões recebiam benesses, logo sua “reedição” não deveria ser apoiada pelas centrais, com ou sem “jabutis”.

Ouvimos o presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, Paulo Zocchi, que nos disse que, além dos “jabutis” apontados na nota das centrais, a MP desregulamenta as jornadas diferenciadas conquistadas por algumas categorias, como os próprios jornalistas

cuja jornada é de cinco horas. As empresas poderiam ampliar essas jornadas para até 8 horas, pagando apenas 20% de adicional, isso quando as horas extras hoje são pagas com adicional de 75% a 100%.

Como enfrentar esse ataque brutal aos direitos trabalhistas? Pressionar nos corredores do Congresso em Brasília para retirar os “jabutis”, ou enfrentar, a partir da mobilização em todas as bases sindicais, a MP 1045 em seu conjunto?

É urgente a mobilização em todos os sindicatos. Em assembleias nos locais de trabalho e gerais para explicar e discutir a dimensão desse ataque, e organizar a classe trabalhadora em defesa de seus direitos, num movimento que aponte para a greve geral contra o governo Bolsonaro e sua sucessão de ataques aos trabalhadores num país que já atinge a marca de 15 milhões de desempregados. É hora de luta de classe!

Lauro Fagundes

Estupidosaurus Bolsonaro:
a maior besta que já caminhou
sobre a face da terra

Nacional

Bolsonaro destrói políticas para mulheres

Governo reduz verbas de programas para mulher e ataca direitos conquistados

No orçamento federal para 2021, as verbas destinadas para políticas públicas de atendimento às mulheres atingiram o menor patamar registrado desde, pelo menos, 2015. O governo Bolsonaro cortou em mais de 50% a verba para esse setor em relação em 2020, ano em que o investimento já tinha sido baixo. Os dados são do Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Com isso, o governo ataca programas estratégicos como a Casa da Mulher Brasileira, Políticas de Igualdade e Enfrentamento a Violência contra as Mulheres, Central de Atendimento à Mulher Disque 180/Disque 100. À redução dos recursos necessários para a manutenção desses programas, soma-se uma atuação ativa para retirar direitos já conquistados, como o aborto legal.

Em 7 de julho, uma nota informativa do Ministério da Saúde orientava os profissionais da Saúde a não realizar procedimentos de aborto por telemedicina, ou seja, o monitoramento à distância da interrupção de gravidez, com prescrição de pílulas abortivas. Isso enquanto outros procedimentos de telemedicina foram ampliados em decorrência

da pandemia.

Reportagem da revista Piauí mostrou que Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), vinculado ao Hospital de Clínicas de Uberlândia, adotou o protocolo de telemedicina mas passou a ser alvo de questionamentos jurídicos. Em maio, o defensor nacional dos direitos humanos, André Ribeiro Porciúncula, e o procurador Fernando de Almeida Martins enviaram uma nota ao Ministério da Saúde recomendando a contraindicação do aborto por telemedicina – o que foi atendido pelo ministro Queiroga. Com isso, o governo federal age para impedir que meninas e mulheres exerçam seu direito. Lembrando que a legislação brasileira autoriza o aborto em caso de estupro, de anencefalia fetal e riscos de vida à mulher.

Priscilla Chandrett

Argentina: maternidade e aposentadoria

Com medida do governo mulheres terão melhores condições para se aposentar

A criação dos filhos será considerada na contagem do tempo para a aposentadoria das mães argentinas, com os cuidados com cada filho podendo gerar de

um a três anos de contribuição e o período da licença-maternidade, para aquelas que estavam empregadas quando viraram mães, também passa a contar.

Na Argentina, para se aposentar, as mulheres precisam ter 60 anos de idade e 30 anos de contribuição. Administração Nacional de Seguridade Social (ANSES) afirma que 44% das trabalhadoras que chegam à idade não têm tempo de contribuição, e que “a situação da pessoa que tem o cuidado da criança torna mais complexo o acesso ao mercado de trabalho.”

De fato, o acesso ao mercado de trabalho é difícil quando você é responsável pelo cuidado com os filhos, trabalho realizado por milhões de mulheres e que não é visibilizado e valorizado na sociedade capitalista. É a famosa dupla jornada. O governo argentino adotou uma mudança que pode corrigir isso, mesmo se um ano de contribuição não corresponde ao tempo e esforço empregados com cada filho. Com a medida, cerca de 155 mil mulheres, que estão hoje entre 60 e 64 anos, vão ter melhores condições para se aposentar.

No Brasil

Também aqui, as mulheres têm mais dificuldade em manter contribuição para se aposentar. A maioria deixa os empregos para cuidar

de parentes doentes ou são demitidas após ter um filho (50% das mães são demitidas até dois anos após licença-maternidade) A crise econômica as atinge de forma mais dura na perda de emprego e nos empregos precários. Em 2018, quase metade (47%) das mulheres inseridas no mercado de trabalho não possuía registro em carteira.

A Previdência Social, em certa medida, previa a dificuldade do trabalhador se manter com emprego formal ao longo da vida – principalmente as mulheres-, e previa a aposentadoria por idade, no caso da mulher aos 60 anos e 15 de contribuição. Aqui, também, o período da licença-maternidade entra na contribuição.

Em 2019, a média do tempo de contribuição das mulheres que se aposentam por idade mínima, a maioria, era de 18 anos. E 50% destas contribuíram entre 15 e 16 anos – isso, apesar de trabalharem a vida inteira. Esse regime de previdência é, no entanto, aquele com os benefícios mais baixos.

A reforma da Previdência (2019) piorou: não só rebaixou os valores dos benefícios, como está aumentando, progressivamente, a idade mínima exigida, o que significa que as mulheres que tiveram interrupções na contribuição - como as relacionadas à maternidade – vão ter que esperar cada vez mais para se

aposentar. O Brasil caminha, então, para atender cada vez menos as mães trabalhadoras.

P.C

Inflação sobe mais aos pobres

Famílias de baixa renda são as mais penalizadas

A inflação medida pelo IPCA (IBGE) está ultrapassando os 8,7% entre julho de 2020 e de 2021. O item da prévia de julho (IPCA-15) que mais subiu foi o gasto com Habitação (2,14%), sobretudo devido a alta de 4,8% da energia elétrica. A segunda maior alta veio dos Transportes (1,07%) e a terceira veio de “Alimentação e bebidas” (0,49%).

O Guedes e Bolsonaro são os grandes responsáveis pela atual crise energética. Grandes hidroelétricas - com a anuência do governo - esvaziaram seus reservatórios para derrubar a oferta de eletricidade e forçar a alta das tarifas. Isso junto com a estiagem (reflexo do desmatamento da Amazônia) levou o país à beira de um apagão elétrico. Ao invés de fazer o racionamento (como fez-se no apagão de FHC em 2001), Guedes força a queda da demanda elevando a tarifa.

A bandeira tarifária vermelha patamar 2 vigora desde junho, e a partir de 1º de julho

houve reajuste de 52% no valor adicional da bandeira, que passou a cobrar R\$9,492 a cada 100 kWh consumidos.

Os preços de gás de cozinha em botijão e encanado, que subiram 3,9% e 2,8% respectivamente, também contribuíram à alta do item habitação.

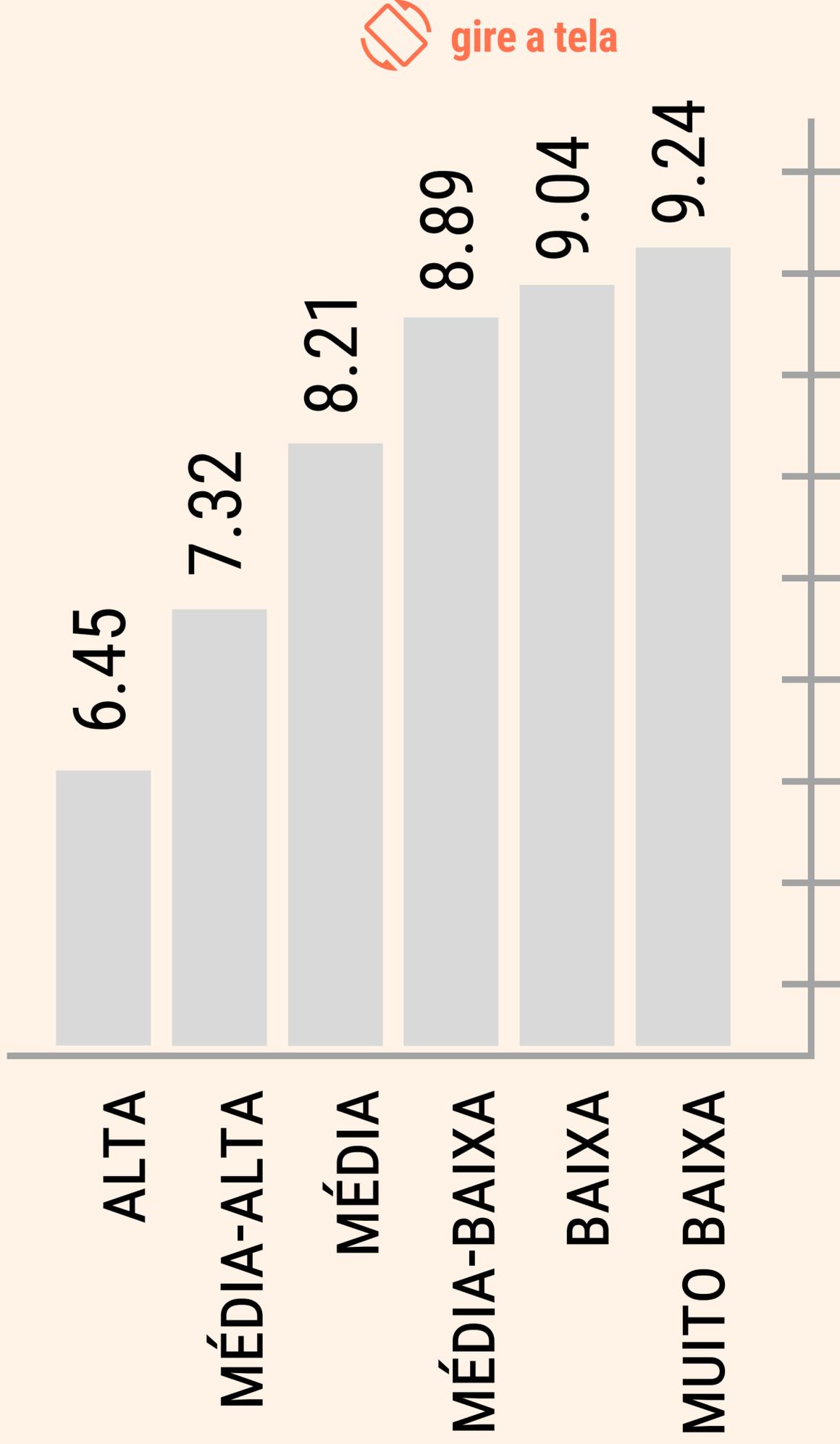
Já no item alimentação, a alta dos preços do pãozinho, do leite e de carnes e frangos foram os que geraram impactos. Isso tem a ver com a alta do dólar e do abandono da política de abastecimento pelo governo federal. Os preços dos produtos industrializados têm também subido devido a escassez de insumos.

Os itens habitação e alimentação pesam proporcionalmente mais no orçamento das famílias pobres do que no das ricas. Ao contrário, itens como serviços de informática ou passagens aéreas pesam mais às famílias ricas. Assim, o IPCA é sentido diferentemente por cada família. O gráfico acima mostra que as famílias de baixa renda têm sido bem mais penalizadas.

Por fim, a alta da inflação bem acima da meta (5,25%) do Banco Central leva-o a elevar a taxa de juros (Selic) – de 2% em março a provavelmente quase 7% ao final deste ano. O que fará crescer o endividamento do governo aos especuladores.

Inflação sentida em cada faixa de renda familiar

Variação % do IPCA: jun/2020 a jun/2021



 gire a tela

Fonte: Ipea - Carta de Conjuntura | Elaboração: Handfas, A.

Tutela militar, centrão e semipresidencialismo

Quando os dirigentes sairão do conto-de-fadas do impeachment?

O fator novo da crise é a indignação com a tutela militar aparecida na CPI da Pandemia. As lideranças políticas o ignoraram nos atos do 24J, inclusive o PT, embaladas no conto-de-fadas do impeachment. Foi o DAP que disse “ninguém aguenta mais Bolsonaro e seus generais”, junto às demandas de verbas, despejo zero, vacina e testes, com a discussão da Constituinte (ver pág. 23). Tem tudo a ver.

Depois da escalada dos militares contra a CPI veio a nota contra investigar o corpo militar e ameaças às eleições sem “voto impresso”. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Fux, chamou um Bolsonaro “bom-moço” para conversar. Acertaram uma nova reunião dos três poderes (união nacional) dias depois. Ela não ocorreu devido, fato ou fake, à hospitalização do presidente que não quer saber disso, como certos políticos e empresários “responsáveis”, e as centrais sindicais (com sua “agenda legislativa” de comitê gestor dos três poderes).

Vem então o próprio ministro da Defesa, general Braga Neto, junto aos comandantes

Aroeira



Charge do cartunista Aroeira de 1993

das três armas, ameaçar eleições sem “voto impresso”. A bandeira é ridícula. Não exaltaremos esse sistema, mas até as pedras sabem das fraudes dos boletins (impressos!) nas eleições antes, durante e depois do regime militar. Levantar a bandeira agora é obviamente para tumultuar.

As tíbias reações no Congresso e no STF, levaram Braga a um desmentido que não desmente. E só deram em inquéritos com prazos de rotina. Numa democracia, o militar

que fizesse exigências eleitorais que não lhe competem seria demitido para uma investigação livre e punição proporcional. Mas ele não será demitido por Bolsonaro, nem enquadrado na Lei de Segurança Nacional pelo STF, como não foram Pazuello, coronéis, sargentos e cabos da CPI.

O centrão, a volta dos que não foram

Para se reforçar, Bolsonaro deu então a Casa Civil a Ciro Nogueira (PP) do Centrão. O que mudou? O governo não é parlamentar, é presidencial de Bolsonaro, que tem a caneta e “caga” para o Congresso. Sua sustentação é militar, além de patrões, bispos e fascistas articulados.

O Centrão teve origem na falsa Constituinte de 1986-88. Depois, participou em algum grau de todos os governos, de Sarney até hoje, inclusive de Lula e Dilma. Ele carrega o DNA na antiga Arena, é um restolho do regime militar e voltou com tudo junto com os generais. Surpresa? Para quem vive no reino-da-maravilha do impeachment!

A realidade é a tutela militar, inscrita no artigo 142 da Constituição, que atribui às Forças Armadas a esdrúxula “garantia da lei e da ordem”, quando deveriam se limitar à soberania nacional (a ordem interna é das polícias; as milícias pró-Bolsonaro já são uma “modernidade”). Bolsonaro, em simbiose com

os generais “haitianos” (ver OT 886), excita a tutela para a sua sina, uma aventura autoritária bonapartista contra o Congresso e o Judiciário.

Semipresidencialismo para quê?

O regime está debilitado, o rei Bolsonaro está nu, é duvidoso que trapaceie as eleições previstas e passe a boiada das reformas e privatizações. Aparece, então, a PEC do Semipresidencialismo de Samuel Moreira (PSDB-SP). Ela foi rejeitada como “golpe contra Lula” por Gleisi do PT, e por Lewandowski no STF. Mas aí tem o apoio de Barroso e Gilmar, além do presidente da Câmara, Lira - e Temer e FHC -, para tramitar. Ela dispensaria impeachment para mudar governos. Prevê que a partir de 2026, o presidente escolhe o primeiro-ministro entre a maioria da Câmara e, em caso de perda de maioria, pode dissolver a Câmara e chamar novas eleições (mas não dissolve o Senado, poder da República...).

O nó golpista da PEC é passar parte do poder agora em 2023 - com Lula (ou outro) eleito presidente - para uma transição de “ministro-coordenador”. Provável que do Centrão, maioria nas regras eleitorais atuais. O semipresidencialismo preveniria a “indesejável” reeleição de Bolsonaro e a “provável” eleição de Lula. A manobra no Congresso vem junto com uma ambiciosa reforma política

(distritão, financiamento etc.). Mas também é um sintoma de que os de cima têm dificuldade de continuar governando como antes, e deve ser esclarecido aos de baixo para aplainar o caminho do fim do regime.

Markus Sokol

Pandemia: número de casos cai, mas segue alto

Resultado da vacinação ressalta a política criminoso do governo

Em relação há um mês atrás, os números mostram uma diminuição significativa nos casos e nas mortes pela Covid-19, apesar de somente 17,96% estarem completamente imunizados, devido ao número reduzido de vacinas à disposição.

Uma diminuição importante, mas ainda em patamares muito elevados de contaminados e mortes, vitimando principalmente o povo pobre da periferia.

Segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), 3,97 bilhões de doses da vacina (a maioria das disponibilizadas são de duas doses) chegaram à população adulta (para uma população estimada em 7,8 bilhões). E de maneira desigual, seguindo a rota da riqueza, 75% das 3,97 bilhões de doses, foram

destinadas para os 10 países mais ricos do mundo, 1% para os países africanos e quase nenhuma por exemplo, chegou no Haiti.

E quanto mais o vírus circula, mais pessoas são infectadas e maior a possibilidade do surgimento de novas formas. A vacina é a maneira mais eficaz de bloquear a disseminação do vírus e conseqüentemente o aparecimento de novas variantes. Mas os capitalistas e as grandes farmacêuticas visam somente o lucro.

Vacinação e testagem

Vacinação em massa e testes para todos, isolando os casos positivos é a maneira para combater a circulação do vírus, a contaminação e conseqüentemente a diminuição do número de mortes, causadas pela Covid-19.

Mas, com Bolsonaro e seus generais, o governo deixou apodrecer os testes, além da lambança feita na compra das vacinas – como vem demonstrando a CPI.

Sem a produção de insumos e tecnologia, por falta de verbas e sucateamento das Universidades e laboratórios públicos de pesquisa, o país fica na dependência de dois ou três países. Ficando assim, sujeito a problemas de atraso de entrega, como no caso da vacina russa, a Sputnik, contratada pelos governos do Consórcio do Nordeste e à inoperância do governo na liberação das vacinas importadas. Por falta de doses, várias capitais do

país suspenderam a vacinação.

A quantidade limitada de vacinas que chegam e as que são produzidas no país e dependentes do IFA - Ingrediente Farmacêutico Ativo, certamente vai prolongar ainda mais a pandemia entre nós.

Como corretamente expressou uma manifestante no 24 de Julho na Paulista, “Bolsonaro e seus generais, negaram a vacina, receitaram a cloroquina, e já mataram mais que a bomba de Hiroshima”.

Oswaldo Martinez D’Andrade



Internacional

Venezuela: a busca de um pacto nacional

No ritmo de negociações e eleições, hiperinflação destrói salários

O quadro político na Venezuela está marcado por negociações visando enquadrar o confronto político no terreno eleitoral. O que, por si só, representa o fracasso da linha de derrubada do governo de Nicolás Maduro, promovida desde os EUA e seguida até aqui pelos principais partidos da oposição.

Os acordos dizem respeito à composição do Conselho Nacional Eleitoral (CNE), três membros identificados com o chavismo e dois com a oposição; a habilitação da coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), com a qual a oposição ganhou as eleições legislativas de 2015, junto com o anúncio do CNE de que 20 novas organizações políticas estão autorizadas a participar das eleições de 21 de novembro.

Maduro informou a eliminação da figura dos “protetores” - autoridades paralelas aos governadores que eram designadas pelo Executivo - e disse estar disposto a sentar-se à mesa de negociação com a oposição em agosto, mediada pela Noruega e com representação dos EUA, que se dará no México.

Negociações avançam também no terreno

econômico. Os EUA renovaram a licença da Chevron e outras 14 corporações para suas operações na Venezuela neste ano. O governo Biden, mesmo sem levantar as sanções, sinaliza flexibilizá-las. Oitenta empresas demonstraram interesse em investir na produção e comercialização de petróleo e gás, após a aprovação das novas leis de abertura ao capital privado, incluindo modalidades em que a nação não terá maioria do capital das empresas na área petroléira.

O Departamento do Tesouro dos EUA autorizou algumas exportações e reexportações para a Venezuela de gás liquefeito de petróleo, proibidas por decreto no governo Trump. A presença de Delcy Rodríguez, vice-presidente, na assembleia da Fedecámaras (federação empresarial. NdT) e seu chamado à convivência e ao diálogo político, social e econômico, completam o quadro.

Com a aproximação da data das “megaeleições” regionais – governadores, prefeitos e conselhos legislativos – o partido de governo (PSUV) concluiu a primeira etapa de suas eleições primárias. A segunda, com votação aberta a qualquer eleitor registrado no CNE, será em 8 de agosto, buscando oxigenar o partido, depois do desgaste sofrido nas eleições anteriores, dada a profunda crise econômica e social.

O arquipélago da oposição –derrotada política e militarmente - segue somando-se à via eleitoral. Stalin González, número 2 na Assembleia Nacional presidida por Juan Guaidó, chamou à participação unitária do anti-chavismo nas eleições. A extrema direita, agrupada por Guaidó, anunciou estar aberta à nova rodada de negociações com o governo Maduro antes das eleições de novembro.

Inflação e repressão a sindicalistas

Enquanto nas cúpulas ocorrem reacomodações dos atores políticos rumo a um novo pacto nacional, a deterioração das condições de vida dos trabalhadores continua.

A inflação foi de 333% nos seis primeiros meses de 2021. O salário mínimo integral, reajustado em maio, situa-se em 3,54 dólares, com a alta recente do dólar caiu para 2,4. Já a cesta básica equivale à soma de U\$ 300,27. Além disso, ocorrem agressões e detenções quando há movimentos reivindicativos. Só neste ano foram registradas 11 detenções de dirigentes sindicais.

A resistência existe, mas é dispersa, com um movimento sindical fragmentado, diminuído, com setores cooptados pelo governo e outros circunscritos à oposição de direita. Mesmo nesse quadro, surgem espaços, como a Unidade Sindical de Zúlia e outros, que propõem a luta pela reapropriação pelos trabalhadores

das organizações sindicais, sobre a base de plataformas de reivindicações.

Será no calor das lutas que se travam que se constituirão as bases para um agrupamento político dos trabalhadores com clara independência de classe. Este é o trabalho impulsionado pela Coordenação Nacional Autônoma e Independente de Trabalhadores (CAIT), para avançar nos níveis de organização e resistir aos ataques em curso e aos que virão.

Alberto Salcedo, de Maracaibo

Haiti, um regime ilegítimo e ilegal

Após morte de Jovenel, seu partido segue no poder

Em 7 de julho o presidente Jovenel Moïse foi assassinado em circunstâncias ainda não esclarecidas.

Em 18 de julho, uma Conferência em que participavam sindicatos e organizações políticas e sociais para discutir uma solução haitiana para a crise, sem ingerência estrangeira, não pode se concluir, pois foi brutalmente interrompida por provocadores do PHTK - Partido Haitiano Tèt Kale – o mesmo de Jovenel Moïse.

Em 20 de julho, os EUA, com apoio da OEA, colocaram no poder Ariel Henry, também do PHTK, que havia sido nomeado

primeiro-ministro um dia antes do assassinato do ex-presidente.

O funeral de Jovenel Moïse, em 23 de julho, em Cap Haitien, foi tumultuado pelas gangues (milícias armadas pelo seu próprio governo), obrigando membros da polícia, do governo e delegações dos EUA e Canadá a se retirarem às pressas.

Em 27 de julho, o ex-policia Jimmy Chérisier (vulgo Barbecue), chefe da principal gangue que atua no país, a G9, organizou uma marcha em homenagem a Jovenel Moïse e depositou flores aos pés da estátua de Dessalines, herói da independência do Haiti.

Essa degradação institucional decorre diretamente do golpe de Estado promovido pelos EUA em 2004 e pelos 13 anos de ocupação do país pelas tropas da ONU (Minustah) comandadas por generais brasileiros.

Movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos já se mobilizam contra esse novo governo que, como o anterior, é um fantoche dos EUA. É dessa luta contra a ingerência imperialista que poderá vir a construção de um Haiti soberano e democrático.

Edison Cardoni



Manifestação em 17 de julho contra medidas do governo Macron

Rumo à greve geral em Guadalupe

Colônia francesa nas Antilhas sacudida por mobilizações

Situado no nordeste da América do Sul, o arquipélago de Guadalupe é um departamento de ultramar da França, vale dizer, uma de suas últimas colônias.

Desde o início de julho ocorrem mobilizações puxadas por organizações sindicais, como a União Geral dos Trabalhadores de Guadalupe (UGTG), e populares, como o LKP: seis mil pessoas no dia 17 em Point-à-Pitre, a capital, e 10 mil no dia 24, num país de 400 mil habitantes. Em 31 de julho há novas mobilizações e já se discute uma greve geral.

A revolta repercute o que ocorre na França – ver otrabalho.org.br – contra as medidas do governo Macron de imposição do “passe vacina” e demissão de servidores públicos não

vacinados. Medidas que os sindicatos franceses também repudiam como atentatórias às liberdades fundamentais e ao emprego.

Em Guadalupe, o povo foi vítima do veneno clordecone, usado na lavoura com autorização de Paris, que é cancerígeno. Numa carta aberta dirigida ao prefeito de Guadalupe, a LKP denuncia o cinismo de Macron, que antes negava o risco da clodercone e agora quer impor o “passe-vacina” e demitir servidores.

Correspondente

África do Sul em chamas

Protestos violentos no país têm origem na pobreza e na fome, não na prisão de Jacob Zuma

Há que se questionar a causa dos protestos violentos e a razão pela qual nosso povo tem saído às ruas para protestar dessa forma. Os que foram corajosos para desafiar a mídia identificaram a pobreza e fome como a verdadeira causa. No entanto, a retórica oficial diz que tudo o que está acontecendo foi desencadeado pela prisão do ex-presidente do Congresso Nacional Africano (CNA) e do país, Jacob Zuma.

De nossa parte, entendemos que a corrupção é inerente ao sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção, no

qual lobos comem lobos. É um sistema sem escrúpulos, motivado pelo desejo de rápido enriquecimento individual à custa de tudo e de todos. Esse sistema econômico foi privilegiado e escolhido pelo partido no poder, sob as ordens do imperialismo internacional, hoje encabeçado pelos Estados Unidos.

Na África do Sul, a pilhagem é um fenômeno constante no governo do CNA. É impossível nomear um único representante do partido no poder que não esteja envolvido nessa tendência. Para eles, pilhar é quase tão fácil quanto respirar.

Todos os dias ouve-se falar de corrupção de membros do governo, bilhões de rands [moeda sul-africana] evaporam, e mesmo assim nenhum deles é acusado, condenado e preso. Pode-se ler a história dos descalabros financeiros na Eskom, SAA, Denel, a lista é interminável. Essas empresas ruíram em virtude da espoliação e de desfalques escandalosos cometidos em plena luz do dia por executivos nomeados pelo partido no poder. (...)

Hoje, todo o país sofre com apagões devido à corrupção e à pilhagem máxima. A política do partido no poder nada mais é do que um esquema para enriquecimento rápido. É comum que ministros e alguns altos funcionários fiquem ricos de um dia para outro. A questão da prisão de Zuma é na verdade

uma cortina de fumaça para encobrir a real cólera do povo, que vive no país mais desigual do mundo, em condições miseráveis, sem terra, sem moradia e sem sistema de saúde adequado.

Povo se ergueu

Ao longo dos anos, o CNA fomentou a pobreza e a miséria da esmagadora maioria da população e até se gabou disso, dizendo que enquanto houvesse pobreza permaneceria no poder. O governo continua a acreditar no poder das cestas básicas, mas não consegue entender que as pessoas querem mais do que isso. O CNA não entendeu que o monstro que criou e alimentou poderia um dia se voltar contra ele. O povo sempre terá a possibilidade e a capacidade de erguer e de reivindicar. O som de sua voz agora é alto e claro: somos pobres e estamos com fome.

Apesar da origem da mobilização inicial, o povo conseguiu impor suas verdadeiras reivindicações, derrotando aqueles que se propuseram a manipulá-los.

Com ou sem Zuma, o que acontece hoje era inevitável. Centros comerciais foram construídos no país em meio a uma pobreza insuportável. Esses shoppings centers são cercados por uma urbanização descontrolada, estimulada por motivos eleitorais. A grande maioria da população que mora no entorno

desses centros comerciais está desempregada, e esses jovens estão entre os 74,9% desempregados da África do Sul. Eles ainda sonham e esperam encontrar um emprego que lhes permita comprar nesses shoppings. Isso não corresponde aos planos e aspirações da oligarquia dominante, que continuará a prosperar se sua situação permanecer inalterada. (...)

O verdadeiro culpado é o governo de ladrões, que continua a roubar bilhões de rands. Os membros do governo que tomaram emprestados 500 bilhões de dólares do FMI e do Banco Mundial e dividiram entre si, depois de dizer que o dinheiro havia sido emprestado em nome de nosso povo para ajudar a combater a pandemia de Covid-19.

O governo não apenas roubou o dinheiro, foi ainda mais longe ao se submeter à tirania das patentes; como na Índia, a vacina é produzida na África do Sul, mas não em benefício da população, e sim das grandes corporações farmacêuticas estrangeiras, já que enfrentamos uma devastação total em nosso país.

O saque e o incêndio de shoppings centers mostram o real problema de um governo que não tem feito do povo a sua prioridade (...).

Lybon Mabassa, presidente do Partido Socialista da Azânia



“Não sou antivacina. Sou contra o passe sanitário”

França, rejeição ao passe sanitário

Milhares nas ruas contra medida do governo Macron

No sábado, 24 de julho mais de 160.000 pessoas se manifestaram em todo o país contra o governo Macron, contra seu passe sanitário liberticida¹. Essa contagem oficial é, obviamente, amplamente subestimada. “A mobilização dos opositores está se fortalecendo”, titula o Le Figaro, na segunda-feira seguinte. O jornal não pode deixar de constatar, em comparação com as manifestações da semana anterior, já substanciais, um número “em forte ascensão, e particularmente grande para um mês de julho”. E acrescenta: “A raiva era palpável, a rejeição de Emmanuel Macron era maciça”. É o mínimo que podemos dizer, como atestam os nossos correspondentes.

Em vários departamentos, sindicatos e associações também organizaram reuniões e

manifestações, muitos de seus militantes participando das manifestações de sábado.

Essa raiva e essa rejeição são aumentadas pelos anúncios de Macron: além do passe sanitário, ele vai aplicar contra tudo e contra todos a sua reforma do seguro-desemprego em 1º de outubro (reduzindo os benefícios) e continua com o objetivo de aumentar a idade mínima de aposentadoria e abolir os regimes especiais. Como dizem muitos manifestantes: é o caso de se perguntar o que há de “sanitário” nisso!

Manifestantes exigem a retirada do passe

Com um discurso infantilizante e acusador o executivo aponta a população – na realidade, vítima do descuido, das mentiras do governo e de sua política contínua de destruir o hospital público – como culpada de espalhar a epidemia!

Macron fez isso novamente em 25 de julho, acusando os não vacinados de “irresponsabilidade” e de “egoísmo”. Como se a massa dos manifestantes fosse “antivacina”! A verdade, que os meios de comunicação têm cada vez mais dificuldade em disfarçar, é que não se trata de malucos, de obscurantistas: eles querem a retirada do passe sanitário, não aguentam mais a arbitrariedade deste governo a 3% (sua votação na última eleição regional, em relação aos eleitores registrados), que

acumula as leis liberticidas, cada uma mais que as outras, durante anos. Um governo em crise, suspenso, mas determinado a continuar suas contrarreformas em benefício do capital financeiro.

O Le Parisien, em 26 de julho, registra: “No executivo começa a se instalar um medo: o movimento dos Coletes Amarelos, que surgiu no outono de 2018, está renascendo das cinzas? Depois do imposto sobre o carbono, o passe sanitário? (...) ‘Há um acúmulo de irritações, aponta o deputado do MoDem de Vendée, Philippe Latombe. Após uma pausa no alto verão, isso irá voltar, com certeza. O início do ano letivo será socialmente quente”.

Correspondente

⁽¹⁾Exigência de comprovação de vacina para frequentar vários lugares



Recepção a Pedro Castillo em Ayacucho, em 29 de julho

Peru: Pedro Castillo tomou posse, e agora?

Editorial de “El Trabajo”, tribuna livre da luta de classes

A primeira sessão do Congresso da República para eleger a sua Mesa Diretora, inaugurou-se excluindo a Lista 3 de Peru Livre, o partido do presidente. A maioria parlamentar, com o apoio do fuji-morismo, utilizou toda a sorte de truques para deixar de fora a lista vinculada a Pedro Castillo.

Neste ambiente, que reflete o atual momento de crispação e polarização política, Pedro Castillo, que representa o voto majoritário do povo peruano, tomou posse e fez a sua mensagem presidencial, retomando várias de suas promessas eleitorais, em particular a

de Assembleia Constituinte, anunciando que apresentará um projeto de lei para reformar o artigo 206 da Constituição atual que tranca a convocação de uma Constituinte.

Disse Pedro Castillo: “Todos sabem, porque assim nos manifestamos muitas vezes, que uma de nossas principais bandeiras políticas, convertida agora numa bandeira da maioria do povo, é a convocação de uma Assembleia Constituinte que dote a nossa pátria de uma nova Carta Magna que permita mudar o rosto de nossa realidade econômica e social. Insistiremos nesta proposta, sempre no marco da lei e com os instrumentos legais que a própria constituição vigente proporciona”.

Reconhecemos a vontade política de Pedro Castillo, que resiste e insiste na luta por uma Assembleia Constituinte. Mas é necessário clarificar que seu discurso é contraditório com a composição política do Congresso: dos 130 parlamentares, Peru Livre só tem 37 e a absoluta maioria já expressou de mil formas a defesa da Constituição Fujimorista de 1993 e sua oposição à convocação de uma nova Assembleia Constituinte.

O que fazer?

Não podemos nos paralisar. A resistência das organizações do povo continua e existe um instrumento político adquirido formalmente na ONPE (Oficina Nacional de Processos

Eleitorais) por Trinidad Abarca e que é promovido pelo congressista Guillermo Bermejo: alcançar 2 milhões de firmas por um Referendo que consulte o povo sobre a reforma total da Constituição sob encargo de uma Assembleia Constituinte.

Esta iniciativa política pode ser retomada por todos os Comitês de ampla unidade pela vitória de Castillo e pela Constituinte, pelos sindicatos, as Frentes de Defesa, os ronderos (auto-defesa camponesa, NdT).

A última assembleia nacional da CGTP (central sindical, NdT) acordou, dentre suas tarefas, recolher firmas para essa iniciativa do referendo. A próxima Assembleia Popular de Lambayeque colocou em sua agenda fazer campanha pelas firmas e o referendo como um meio para fortalecer sua mobilização pelas reivindicações e sua auto-organização.

“El Trabajo” que luta por uma Assembleia Constituinte Soberana, apoia essa iniciativa política, ligando-a à solução das reivindicações e à soberania da nação, bem como a utilizando para fortalecer todas as formas de auto-organização dos trabalhadores, camponeses e do povo.

Lima, 29 de julho

SITUAÇÃO NA TUNÍSIA

Publicamos o comunicado do Partido dos Trabalhadores da Argélia sobre a situação com as recentes manifestações no vizinho país.

“ O Partido dos Trabalhadores está acompanhando com grande atenção os desenvolvimentos políticos na Tunísia.

Denunciamos veementemente todas as interferências externas da União Europeia, dos Estados imperialistas e do mundo árabe e muçulmano, bem como de qualquer partido externo.

O povo é a fonte de todo o poder.

Consequentemente, o povo tunisiano tem o direito de decidir livremente o seu destino, sem qualquer interferência externa, de definir as suas prioridades, de escolher os meios para satisfazer as suas aspirações e de exercer plenamente a sua soberania, definindo igualmente a forma e conteúdo das instituições de que é dotado.

O povo tunisiano é, portanto, o único com poderes para se pronunciar sobre as decisões que envolvem o presente e o futuro da Tunísia.

Como os próprios tunisianos lembram, as palavras de ordem da revolução de dezembro de 2010: pão, empregos e dignidade nacional,

continuam relevantes hoje.

Como qualquer revolução frustrada e não morta, a revolução tunisiana retomou seu curso 10 anos após sua eclosão, tendo como centro as mesmas reivindicações sociais, econômicas e políticas.

Abstendo-se de qualquer ingerência nos assuntos da Tunísia, o PT renova seu apoio incondicional ao povo tunisiano.

Tirem as mãos do povo tunisiano!

*O Secretariado Permanente do PT
Argel, 27 de julho de 2021”*

A Verdade 108: a luta contra o imperialismo sob a pandemia

A nova edição de “A Verdade”, revista teórica da 4ª Internacional, traz uma análise do uso mundial que o imperialismo faz da pandemia, na busca para ampliar sua ofensiva contra os direitos trabalhistas, sociais e democráticos. O texto evidencia que a crise econômica que atinge o modo de produção, em escala mundial, é um processo de fundo e que vem de longe. Frente à pandemia, usa-se em nível mundial o recurso dos apelos à “união nacional”, que servem sempre para que a classe operária perca direitos

A VERDADE

REVISTA TEÓRICA DA 4ª INTERNACIONAL



O povo exige nos ruas o espoliarismo neoliberal.
Na imagem, protesto na Colômbia em 28 de maio.

A 4ª INTERNACIONAL, A PANDEMIA E A LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

**ESTADOS UNIDOS: A IMPOTÊNCIA
DE BIDEN FRENTE À CRISE**

**A ATUALIDADE DA COMUNA DE PARIS,
150 ANOS DEPOIS**

FEMINISMO E REVOLUÇÃO



EDIÇÃO
Número 108
JULHO DE 2021

de forma definitiva, como se vê com a ofensiva em torno do teletrabalho e da uberização. Para a 4ª Internacional e suas seções, trata-se de reforçar a organização da classe operária de forma independente, para, a partir da defesa de suas condições de trabalho e de vida, passar da resistência à ofensiva na luta pela independência nacional e pelo fim do regime capitalista.

O número 108 da revista traz também artigos de atualidades sobre o início do governo

Biden, nos EUA, e a impotência de seu plano para superar a crise do capitalismo; a crise política na Europa no contexto da pandemia; e o golpe de Estado militar contra o governo de Myanmar (ex-Birmânia), país do sudeste asiático.

A edição traz ainda um artigo que marca os 150 anos da Comuna de Paris, primeiro episódio da tomada do poder pela classe operária, e discute os elementos que mostram a sua atualidade.

A sempre importante luta contra a opressão às mulheres é abordada no artigo "O movimento operário e a questão das mulheres", retomando os elementos de análise dos mecanismos usados pelo capitalismo para reduzir salários e direitos e o combate das mulheres no âmbito do combate de classe. Procure seu exemplar com os militantes da corrente O Trabalho.

ASSINE O JORNAL O TRABALHO

um jornal independente dos patrões e governos

Assinatura MENSAL

R\$ **10** /mês

- ✓ Pagamento por cartão de crédito
- ✓ Receba em casa pelo correio
- ✓ Acesso irrestrito no site
- ✓ Versão para celular
- ✓ Validade indeterminada¹

 ASSINE AGORA

Assinatura SEMESTRAL

R\$ **60**

- ✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto
- ✓ Receba em casa pelo correio
- ✓ Acesso irrestrito no site
- ✓ Versão para celular
- ✓ Validade 12 edições²

 ASSINE AGORA

Assinatura ANUAL

R\$ **120**

- ✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto
- ✓ Receba em casa pelo correio
- ✓ Acesso irrestrito no site
- ✓ Versão para celular
- ✓ Validade 24 edições²

 ASSINE AGORA

Assinatura SOLIDÁRIA

R\$ **150**

- ✓ Pagamento por crédito, débito (Caixa) ou boleto
- ✓ Receba em casa pelo correio
- ✓ Acesso irrestrito no site
- ✓ Versão para celular
- ✓ Validade 24 edições²

 ASSINE AGORA